



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Estudos Técnicos Preliminares

Serviços de Capacitação

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Descrição Sucinta do Objeto

Contratação do instrutor **Rodrigo Hazin do Nascimento** para realização do curso "*Capacitação e Reciclagem dos Agentes de Polícia Judicial, com fulcro na Lei nº 11.416/2006*", na modalidade a distância (EaD), assíncrono, para 07 (sete) servidores da Assessoria de Segurança deste TRE/PE, no período de novembro a dezembro de 2025, com carga horária total de 42h, sendo 40 (quarenta) horas/aula e 02 (duas) horas para aplicação do teste de aptidão física.

A contratação está prevista no Plano Anual de Capacitação 2025.

1.2. Unidade Demandante

Nome da Unidade Demandante	Sigla da Unidade Demandante
ASSESSORIA DE SEGURANÇA	ASSEG

1.3. Referência ao DOD e ao Termo de Ciência da Equipe de Planejamento

Documento de Oficialização da Demanda	3104254
Termo de Ciência da Equipe de Planejamento	3104531

1.4. Requisitos do Objeto

A atividade de segurança requer uma contínua atualização, e neste contexto se inserem os servidores lotados na Assessoria de Segurança deste Tribunal.

Com a Resolução nº 704/CNJ, a obrigatoriedade da participação do servidor em programas de reciclagem previsto na lei 11.416/2006 passa a ser regulamentada. A reciclagem anual é exigência para que servidores e servidoras recebam o benefício da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS).

Outrossim, a Resolução nº 22.595/2007, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, estabelece em seu art. 3º como condição para a continuidade da percepção da Gratificação de Atividade de Segurança – GAS, a participação, com aproveitamento, em Programa de Reciclagem Anual, a ser oferecido pelos Tribunais Eleitorais.

Portanto, a presente demanda busca atender a esta necessidade de atualização de conhecimentos dos Agentes de Segurança do TRE-PE, cuja carga horária será de 42 (quarenta e dois) horas/aula.

1.5. Benefícios Esperados

- - Proporcionar ao servidor o conhecimento integrado da execução de suas atribuições institucionais, aprimorando-o de forma contínua;
- - Promover a discussão sobre a importância da atividade de inteligência no âmbito da segurança institucional;
- - Prover conhecimentos fundamentais à realização do serviço de inteligência;
- - Promover a reflexão acerca da atuação dos agentes da polícia judicial e sua importância para a efetiva prestação jurisdicional.

1.6. Alinhamento Estratégico

Objetivo(s) Estratégico(s) do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRE-PE:	OE 11: Aprimorar a governança e a gestão de pessoas.
Sequencial no Plano de Contratações Anual:	78

1.7. Eventos de Capacitação Disponíveis no Mercado

1.7. Eventos de Capacitação Disponíveis no Mercado

Não existem outros eventos disponíveis no mercado, um vez que o treinamento e capacitação dos Agentes de Segurança deste Tribunal é elaborado de acordo com o determinado pela Resolução nº 22.595/2007 - TSE, combinado com o § 3º do art. 3º do Anexo III Portaria Conjunta STF/CNJ/Tribunais Superiores Nº 1 de 07 de março de 2007, e intimação do CNJ, nos autos do procedimento de Acompanhamento do Cumprimento da Resolução CNJ 380/2021, que “dispõe sobre a padronização do conjunto de identificação dos(as) Inspetores(as) e Agentes da Polícia Judicial do Poder Judiciário.

1.8. Justificativa da Capacitação Escolhida

O instrutor **RODRIGO HAZIN DO NASCIMENTO** possui relevante histórico de prestação de serviços junto ao Poder Público, como também possui grande experiência de mercado, realizando treinamentos para diversas instituições inclusive neste TRE-PE nos anos de **2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2024.**

1.9. Descrição do Serviço a ser Contratado

Capacitação de 07 (sete) servidores do TRE-PE, com o objetivo de prover e atualizar conhecimentos relativos à execução do serviço de segurança institucional, visando a capacitação contínua e consequente melhora da qualidade do serviços prestado pela polícia judicial do TRE/PE. Além das instruções teóricas e práticas será aplicado o teste de aptidão física, conforme Resolução TSE nº 22.595. Este curso atende aos requisitos trazidos pela Portaria Conjunta Nº 1 de 07 de Março de 2007 para o curso de reciclagem da GAS.

O curso será na modalidade a distância (EaD), assíncrono, com carga horária de 40 horas e dividido em 4 módulos:

Mod. I - Segurança Institucional e Cultura de Segurança;

Mod. II - Política de Segurança e Tratamento de Riscos;

Mod. III - Especificidades da Polícia do Poder Judiciário;

Mod. IV - Inteligência de Fontes Abertas (OSINT) e Contraineligência.

Além do curso EaD, será realizado o Teste de Aptidão Físico - TAF de forma presencial (02 horas) em todos os agentes do TRE/PE. O curso terá carga horária total de 42 horas, sendo 40(quarenta) horas/aula e 02 (duas) horas para aplicação do teste de aptidão física.

O treinamento será disponibilizado de novembro a dezembro de 2025. O teste de aptidão física ocorrerá entre 29/11/25 e 05/12/25.

1.10. Local e Horário da Prestação do Serviço

O curso será realizado na modalidade a distância (EaD), assíncrono, no período de novembro a dezembro de 2025, com 40 (quarenta) horas em EaD e 02 (duas) horas presencial relativas à aplicação do teste de aptidão física.

Curso EAD - novembro/dezembro;

Aplicação Teste Físico - (entre 26/11 e 05/12/25)

1.11. Custos Totais da Solução

1.11.1. Orçamento Estimado

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), referente à carga horária total de 42horas, sendo 40 (quarenta) horas/aula e 02 (duas) horas para aplicação do teste de aptidão física

Valor da hora-aula: R\$ 380,95.

Foram acostadas as notas de empenho/nota de dotação (3105891) de cursos realizados, na modalidade EAD, pelo o instrutor em tela, conforme abaixo discriminados:

1) TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE-PE

Curso: Capacitação e Reciclagem dos Agentes Policia Judicial

Nota de Dotação: 2020NC000008, emitida em 08/10/2024.

Valor Total: R\$ 16.190,08
Carga horária: 32h/aula
Valor da hora-aula: R\$ 505,94

2) TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE-PE

Curso: Capacitação de Reciclagem Anual da GAS
Nota de Dotação: 2021NE409, emitida em 23/07/2021.
Valor Total: R\$ 16.400,00
Carga horária: 34h/aula
Valor da hora-aula: R\$ 482,35

3) TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A.REGIÃO

Curso: Reciclagem Anual dos Agentes de Segurança
Nota de Empenho: 2024NE638, emitida em 26/11/2024
Valor Total: R\$ 14.770,36 - Instrutória Interna
Carga horária: 42h/aula
Valor da hora-aula: R\$ 351,67

Sendo assim, comprova-se que o preço cobrado pelo instrutor **Rodrigo Hazin do Nascimento** está compatível ao praticado no mercado, quando comparado aos demais demonstrados.

2. Critérios de Sustentabilidade

Seguem abaixo os Critérios de Sustentabilidade que subsidiarão as contratações do Plano Anual de Capacitação 2025 do TRE/PE, conforme Informação 494 (2829773), da Assistência de Gestão Socioambiental.

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.
- Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes.
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE.
- Se couber, a empresa deverá apresentar documentos comprobatórios do atendimento ao requisito de cumprimento da reserva de cota destinada a pessoas com deficiência. (Lei 8.213 de 1991, Art. 93: “A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I - até 200 empregados.....2%; II - de 201 a 500.....3%; III - de 501 a 1.000.....4%; IV - de 1.001 em diante.....5%")
- É obrigação da contratada a manutenção dessas condições, o que poderá ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
- Apresentar declaração afirmando que atende aos Critérios de Sustentabilidade previstos no presente capítulo.

3. Estratégia para a Contratação

3.1. Natureza do objeto

O objeto a ser contratado possui natureza singular e destina-se a atender uma necessidade pontual e instantânea.

3.2. Modalidade da contratação

Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) de outro órgão federal	
Contratação Direta – Dispensa de Licitação	

Contratação Direta – Inexigibilidade	X
Diálogo Competitivo	
Pregão Eletrônico	
Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços	
Pregão Presencial	
Termo de Cooperação, Convênio ou documentos afins	
Outros (descrever a modalidade)	

3.3. Justificativa para a modalidade de contratação escolhida

Recomenda-se a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, III, da Lei n.º 14.133/2021.

3.4. Período de Execução e Vigência do Contrato

O prazo da execução dos serviços é de 42 horas/aula, entre os meses de novembro a dezembro de 2025. Após a realização da capacitação, esgota-se a vigência da contratação.

3.5. Parcelamento do objeto

Em razão do objeto da contratação ser de aplicação imediata, não há necessidade de parcelamento.

3.6. Adjudicação do objeto

Nas contratações diretas, não há adjudicação. Após a autorização da autoridade superior, ocorre a emissão da nota de empenho e, consequentemente, a contratação.

3.7. Formalização da Contratação

Sugere-se a substituição do instrumento contratual por nota de empenho. Após a realização da capacitação, esgota-se a vigência da contratação, não restando obrigações futuras.

3.8. Classificação da despesa

O objeto refere-se a despesa corrente e a natureza da despesa (ND) é 3390.39.48.

3.9. Equipe de Planejamento da Contratação

Função	Nome	E-mail	Lotação	Telefone
Integrante Demandante	Danielle Bezerra de Lima	danielle.bezerra@tre-pe.jus.br	ASSEG	3194-9573
Integrante Administrativo	Cristiane Paes Barreto de Castro	cristiane.paeberreto@tre-pe.jus.br	SEDOC	3194-9654

3.10. Equipe de Gestão da Contratação

Função	Nome	E-mail	Lotação	Telefone
Gestor da Contratação	Cristiane Paes Barreto de Castro	cristiane.paeberreto@tre-pe.jus.br	SEDOC	3194-9654

Fiscal Administrativo	Fernanda de Azevedo Batista	fernanda.azevedo@tre-pe.jus.br	SEDOC	3194-9655
Fiscal Demandante	Danielle Bezerra de Lima	danielle.bezerra@tre-pe.jus.br	ASSEG	3194-9573

4. Análise de Riscos

Descrição do Risco	Descrição do Dano	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Ação de Controle ou Contingência	Prazo	Responsável
Refazimento da inexigibilidade por falta de documentação exigida da contratada.	A invalidade dos documentos de habilitação jurídica da PF ou PJ contratada, como certidões, atestados e declarações, podem acarretar um atraso no processo de contratação, ou a não contratação do treinamento.	Baixa	Médio	Média	Gestões junto às empresas para regularização fiscal da empresa ou, se possível, prorrogar o início do curso de forma a conceder um maior prazo para envio da documentação.	Durante todo o processo de contratação	SEDOC
Atraso ou Cancelamento da capacitação	Alteração do período da capacitação, em razão de incompatibilidade na agenda do contratante ou por falta de quórum, que prorrogue ou impossibilite a sua realização.	Média	Médio	Média	Gestões junto às unidades competentes pelo processo de contratação para que se imprima celeridade ao processo; e Verificar com a contratada novas datas possíveis e consultar o público-alvo para verificar a possibilidade de participação nas datas sugeridas pela contratada.	Durante todo o processo de contratação	SEDOC
Perda da disponibilidade orçamentária	Por razões de ordem financeiras atestadas pela SOF ou seção competente deste Tribunal, pode ocorrer atraso ou até cancelamento da contratação	Baixa	Médio	Alta	Gestões junto à Administração para viabilizar um acréscimo no orçamento destinado ao Plano de Capacitação.	Durante todo o processo de contratação	SEDOC

5. Informações Complementares

Conforme previsão contida no [§ 2.º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021](#), acerca da necessidade de justificativas quanto a não utilização dos elementos não obrigatórios, informamos que os itens previstos no [§ 1.º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021](#) estão contemplados neste ETP, com exceção apenas dos listados abaixo, com as devidas motivações:

"X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual" - não há necessidade de prévia capacitação dos servidores

indicados para fiscalização e gestão contratual, visto que os mesmos já possuem conhecimento necessário a essas atividades;

"XI - contratações correlatas e/ou interdependentes" - não há correlação dessa contratação com outra vigente ou pretendida no órgão;

"XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável" - não se aplica a previsão de impactos ambientais para a pretensa contratação. Os critérios de sustentabilidade, previstos para a contratação de capacitações neste tribunal, estão previstos no item 2 deste ETP.

6. Anexos

- Pesquisa de Preço (3105891).

7. Assinaturas



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE PAES BARRETO DE CASTRO, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 24/11/2025, às 08:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE BEZERRA DE LIMA, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 24/11/2025, às 08:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3138757** e o código CRC **5D36C800**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Termo de Referência
Serviços de Capacitação

1. Objeto a ser Contratado (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)

1.1. Descrição Detalhada do Objeto

Contratação do instrutor **Rodrigo Hazin do Nascimento** para realização do curso "*Capacitação e Reciclagem dos Agentes de Polícia Judicial, com fulcro na Lei nº 11.416/2006*", na modalidade a distância (EaD), assíncrono, para 07 (sete) servidores da Assessoria de Segurança deste TRE/PE, no período de novembro a dezembro de 2025, com carga horária total de 42h, sendo 40 (quarenta) horas/aula e 02 (duas) horas para aplicação do teste de aptidão física.

O objeto a ser contratado possui natureza singular e destina-se a atender uma necessidade pontual e instantânea.

Esta contratação está contemplada no Plano Anual de Capacitação 2025.

1.2. Vigência da Contratação

O curso será realizado no período de novembro a dezembro de 2025. Após a realização da capacitação, esgota-se a vigência da contratação.

2. Fundamentação da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei nº 14.133/2021)

Os estudos preliminares referentes a esta contratação estão no doc. nº 3104536 .

3. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor (art.6º, inciso XXIII, alínea ‘h’ da Lei nº 14.133/2021)

Recomenda-se a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, III, da Lei n.º 14.133/21 c/c § 3º.

DADOS DA EMPRESA	
Nome	Rodrigo Hazin Do Nascimento
CPF	047.364.394-40
Endereço	Rua Victor José Fernandes, 367. Apt 201. Bairro Novo - Olinda/PE CEP 53.030-090
Telefones	(81) 99383-3881
E-mails	rodrigo.hazin@trt6.jus.br
Dados Bancários	Banco Bradesco (237) - Agência: 2679-4 - C/C: 8278-3

3.1. Critério de Julgamento, Adjudicação e Homologação

Recomenda-se a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, III, da Lei n.º 14.133/21 c/c § 3º.

Fundamento. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Art.74, 14.133/21. Na visão do TCU, o procedimento deve ser motivado:

Jurisprudência do TCU.

Adote procedimentos de inexigibilidade de licitação somente quando houver inviabilidade de licitação, **motivando adequadamente os atos**. (grifo nosso)

Ac. 195/2008 – 1ª Câmara.

Fonte: Ações de Capacitação: Contratações pela Administração Pública Recife, 9/5/2018. Sandro Bernardes. Auditor do TCU.

Na linha de raciocínio da previsão legal em destaque, o Tribunal de Contas da União posicionou-se a respeito dos três requisitos simultâneos para a contratação de serviços técnicos (inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21). Está exteriorizado através da **Súmula n.º 252 do TCU**. Vejamos:

“A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: **serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado**.” (DOU de 13/04/2010) (grifei)

Em que pese a Súmula nº 252 do TCU citar o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por analogia o conceito para contratação de serviço técnicos aplica-se ao previsto no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

A súmula em epígrafe confirma o tripé basilar relacionado com a contratação de pessoas jurídicas/físicas com notória especialização e que prestam serviço singular. Tais características excepcionam a regra geral da necessidade de licitar. Em tese, a qualificação do contratado inibe a possibilidade de competição. Dos três requisitos simultâneos mencionados pelo TCU, dois deles têm relação com o objeto da contratação: a) **o serviço deve ser técnico**; b) **a natureza do serviço deve ser singular**. Já o terceiro é está relacionado com a pessoa a ser contratada: **o contratado deve ser qualificado como notório especialista (cunho subjetivo)**.

No que pertine ao segundo aspecto do objeto da contratação(natureza singular) é imperioso mencionar que se trata de um serviço cuja execução requer o emprego de atributos subjetivos como elementos essenciais para sua execução satisfatória, a exemplo da arte e racionalidade humanas. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas preestabelecidas e conhecidas.

Singularidade, na verdade, é do serviço! E possui três características fundamentais: deve ser **anômala, diferente e específica**. Não significa que seja único! O próprio TCU se manifestou a respeito da singularidade “anômala” ou “diferenciada”:

Licitação – Contratação Direta Jurisprudência – TCU

– Acórdão 2684/2008 – Plenário:

(Voto do Ministro Relator): Segundo o Prof. Marçal: ‘A natureza singular se caracteriza como uma situação **anômala, incomum**, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por todo e qualquer profissional ‘especializado’. (grifo nosso)

– Acórdão 1074/2013 – Plenário:

O conceito de singularidade de que trata o art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993 **não está vinculado à ideia de unicidade, mas de complexidade e especificidade**. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação **diferenciada** e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. (grifo nosso)

Fonte: Ações de Capacitação: Contratações pela Administração Pública Recife, 9/5/2018. Sandro Bernardes. Auditor do TCU.

Em que pese o Acórdão 1074/2013 TCU citar o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por analogia o conceito para singularidade de contratação aplica-se ao previsto no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

De outra banda, **Celso Antônio Bandeira de Mello**, em sua renomada obra “*Curso de Direito Administrativo*”, 20ª edição, página 508, define brilhantemente as características do **serviço singular**:

“Neste quadro cabem os mais variados serviços: uma monografia escrita por experiente jurista; uma intervenção cirúrgica realizada por qualificado cirurgião; uma pesquisa sociológica empreendida por uma equipe de planejamento urbano; um ciclo de conferências efetuado por professores; uma exibição de orquestra sinfônica; uma perícia técnica sobre o estado de coisas ou das causas que o geraram. Todos estes serviços se singularizam por um estilo ou uma orientação pessoal. **Note-se que a singularidade mencionada não significa que outros não possam realizar o mesmo serviço. Isto é, são singulares, embora não sejam necessariamente únicos.**” (grifo nosso)

Sobre o fato de **singularidade não representar serviço único**, vale a pena extrair trecho da **Apostila do Auditor do TCU, Sandro Bernardes**. Curso realizado na Escola Judicial do TRT da 6ª Região, no dia 09/05/2018, em Recife-PE. Na página 93, está assim disposto:

Adentrando no exame da singularidade do objeto, e **nfatizo que tal conceito não pode ser confundido com unicidade, exclusividade, ineditismo ou mesmo raridade. Se fosse único ou inédito, seria caso de inexigibilidade por inviabilidade de competição**, fulcrada no caput do art. 25, e não pela natureza singular do serviço. O fato de o objeto poder ser executado por outros profissionais ou empresas não impede que exista a contratação amparada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993. (grifo nosso)

Em que pese a Apostila do Auditor do TCU citar o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por analogia o conceito para singularidade de contratação aplica-se ao previsto no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

Na esteira do raciocínio em tela, admite-se certa **margem de subjetividade na escolha do contratado**, desde que escolhido profissional ou empresa de notória especialização. Não significa que o serviço seja o único disponível no mercado. O que entra em causa é a *singularidade relevante*, como afirma o ilustre Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-SP. Em apertada síntese, ele sintetiza, explicando:

“Cumpre que os fatores singulizadores de um dado serviço apresentem realce para a satisfação da necessidade administrativa. Em suma: as diferenças advindas da singularidade de cada qual repercutam de maneira a autorizar a presunção de que o **serviço de um é o mais indicado do que o do outro** .” (grifo nosso)

Necessário se faz colacionar neste TR trechos dignos de destaque na **Decisão 439/98 – Plenário TCU**. Trata-se de um dos mais importantes julgados do referido órgão de contas acerca do tema: **possibilidade do enquadramento na hipótese da inexigibilidade de licitação para a contratação de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**. O que se depreende do brilhante *decisum* é que o procedimento de inexigibilidade de licitação é o mais recomendado para todo treinamento/capacitação (sem qualquer restrição), não devendo ser deflagrado procedimento licitatório. A justificativa deve-se ao fato de que **os profissionais ou empresas são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição**. Senão vejamos:

– Processo nº TC 000.830/98-4 Interessado: **Tribunal de Contas da União** Órgão: Secretaria Geral de Controle Externo - SEGECEX Relator: MINISTRO ADHEMAR PALADINI GHISI. Representante do Ministério Público: não atuou Unidade Técnica: Secretaria de Auditoria - SAUDI Especificação do "quorum": Ministros presentes: Homero dos Santos (Presidente), Adhemar Paladini Ghisi (Relator), Carlos Átila Álvares da Silva, Bento José Bugarin e os Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha. **Assunto: Administrativo Ementa: Estudos desenvolvidos sobre a possibilidade do enquadramento na hipótese da inexigibilidade de licitação para a contratação de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, bem como inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros. Hipótese aceita. Arquivamento. - Licitação. Inexigibilidade. Natureza singular. Considerações. - Licitação. Notória especialização. Considerações. Data DOU: 23/07/1998 (grifo nosso)

...

19. Há quem defenda que a **inexigibilidade de licitação** seja aplicável a toda contratação de treinamento de servidores, sem qualquer restrição. É o caso do notável Antônio Carlos Cintra do Amaral, que assevera: 'A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. **0 êxito do treinamento**

depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição.' ("in" Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos, Malheiros, 1ª ed., 1995, pág. 111). (grifo nosso)

...

Nessa senda, uma vez feita a análise/escolha de um *serviço pelo critério de que é mais indicado do que de outro*, a Administração seleciona o chamado **o executor de confiança**. O TCU, através da **Súmula nº 39**, preconiza que:

“A inexibibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, **na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação**, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993.” Sessão de 01/06/2011 – Acórdão AC – 1437-21/11- Plenário.(grifo nosso)

Em que pese a Súmula nº 39 do TCU citar o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por analogia aplica-se ao previsto no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

A seleção de um **executor de confiança** implica em significativa redução do risco de insucesso na contratação. Ademais, é necessário que a prestação de serviço seja diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. Importante mencionar a definição legal, **na forma da Lei 14.133/2021 (§3º, III, do Artigo 74) de notória especialização, *ipsis litteris***:

"Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, **permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado** à plena satisfação do objeto do contrato". (grifo nosso)

Em reforço jurisprudencial à previsão legal em destaque (**conceito de notória especialização**) e existência de mais de um executor do serviço / não serem os únicos no mercado, mais uma vez nos reportamos a **Decisão 439/98 - Plenário TCU**. Conclui-se que a realização de certame seria incompatível com o princípio do julgamento objetivo da licitação e desatenderia ao interesse público. Extraí-se neste momento trecho elucidativo a respeito do referido conceito, *ipsis litteris*:

...

30. O conceito de notória especialização, contido no § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93, refere-se a requisitos, relacionados com as atividades do profissional, que permitam inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato. 31. É sensivelmente predominante na doutrina a tese de que o notório especialista não é, necessariamente, o único prestador do serviço pretendido. Precisa ser, no entanto, indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto. Citamos alguns autores que comungam esse pensamento: "A inviabilidade de competição, nos casos de prestação de serviço, ocorre quando presentes certos elementos característicos. O caso mais evidente ocorre quando uma única pessoa se encontre em condições para executar um serviço. Não haverá competição possível quando inexistir pluralidade de particulares habilitados a satisfazer a Administração Pública. Essa, porém, é uma situação excepcional.

Estatisticamente, configura uma hipótese extremamente rara. Há casos mais comuns de aplicação do art. 25, inc. II.' (Marçal Justen Filho, 'in' Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 4ª edição, 1995, pág. 170); '...Por certo poderíamos, no plano abstrato, afirmar a possibilidade de se realizarem procedimentos seletivos (não 'licitações', note-se) para as contratações desse tipo de serviços, visto que, embora tenham natureza singular, não são os únicos (isto é, mais de um profissional e mais de uma empresa podem prestá-los). ... A realização de licitações nesses casos, no entanto - 1º - seria incompatível com o princípio do julgamento objetivo da licitação e - 2º - desatenderia ao interesse público'. (Eros Roberto Grau, in Licitação e Contrato Administrativo - Estudos sobre a Interpretação da Lei, Malheiros, 1995, pág. 88). 'Destarte, a primeira verificação que fazemos é a de que a notória especialização traz em seu bojo uma singularidade subjetiva, isto é, de seu executor. Note-se que dissemos singularidade e não exclusividade. Evidentemente, se alguém for único na matéria, a licitação tornar-se-ia não mais despcienda, mas impossível. Haveria, desta maneira, impossibilidade fática de licitar!' (Lúcia Valle Figueiredo, 'in' Direitos dos Licitantes, Malheiros, 3ª ed., 1992, pág. 33). (grifo nosso)

DA ANÁLISE DOS ATRIBUTOS DA PESSOA FÍSICA A SER CONTRATADA (RODRIGO HAZIN DO NASCIMENTO)

RODRIGO HAZIN DO NASCIMENTO

Agente da polícia judicial

Diretor da Secretaria da Polícia Judicial do TRT da 6ª Região

1. FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduado em Educação Física pela Universidade de Pernambuco (UPE) E Universidade do Porto (UP - Portugal);

*Aluno Laureado turma 2006.1

- Pós-graduado em Segurança Corporativa pelo Instituto de Ensino AVM.

2. EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE SEGURANÇA

- Agente da Polícia Judicial do TRT6 desde 2011;

- Diretor da Secretaria de Polícia Judicial do TRE6 desde 2021

3. CURSOS NA ÁREA DE SEGURANÇA

- Curso de Inteligência pela Escola de Inteligência Militar do Exército - EsIMEX;

- Estágio Lutas Militares (Formação de Instrutores) - 4º Batalhão de Polícia do Exército

*Distinção: 2º Lugar Geral (02 de turma)

- Estágio de Adaptação à Caatinga - 72ª Batalhão de Infantaria Motorizada

*Distinção: 2º Lugar Geral (02 de turma)

- Curso de Segurança e Proteção de Autoridades - Casa Militar/PE - Recife/PE

*Distinção: 2º Lugar Geral (02 de turma)

- Estágio Segurança e Proteção de Autoridades - 4º Batalhão de Polícia do Exército

- Curso Formação Instrutores de Tecnologias Menos Letais - Condor Não Letais

- Curso de Primeiros socorros e RCP - Cruz Vermelha Americana - New Hampshire/EUA
- Curso de Negociação e Resgate de Refém - CATI/SWAT - Recife/PE
- Curso de Imobilizações Táticas - CATI/SWAT - Recife/PE

A capacitação terá 42h, sendo 40 (quarenta) horas/aula e 02 (duas) horas para aplicação do teste de aptidão física. Tem como público-alvo os Agentes de Polícia Judicial deste RE/PE.

O referido **instrutor** possui relevante histórico de prestação de serviços junto ao Poder Público, como também possui grande experiência de mercado, realizando treinamentos para diversas instituições, inclusive neste TRE-PE nos anos de **2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2024**. Junta-se ao presente Termo de Referência **04 (quatro) ATESTADOS TÉCNICOS** em favor da empresa (3107880):

a) O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS** atestou que RODRIGO HAZIN DO NASCIMENTO, CPF nº 047.364.394-40 realizou o curso de RECICLAGEM PARA MANUTENÇÃO DA GAS, no formato EAD de 01 a 19 de agosto de 2022 com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas. Atestou, ainda, que o instrutor comprovou aptidão no desempenho de suas atividades, cumprindo prazos e o objeto da contratação, declarando a habilidade na condução do curso e experiência profissional, especialmente quantos aos assuntos relativos a segurança judiciária. Documento expedido em 26/10/2022.

b) O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS** atestou que RODRIGO HAZIN DO NASCIMENTO, CPF nº 047.364.394-40 realizou o curso de RECICLAGEM PARA MANUTENÇÃO DA GAS, no formato EAD de 30 de junho a 30 de julho de 2021 com carga horária de 30 (trinta) horas. Atestou, ainda, que o instrutor comprovou aptidão no desempenho de suas atividades, cumprindo prazos e o objeto da contratação, declarando a habilidade na condução do curso e experiência profissional, especialmente quantos aos assuntos relativos a segurança judiciária. Documento expedido em 26/10/2022.

c) O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO** atestou que RODRIGO HAZIN DO NASCIMENTO, CPF nº 047.364.394-40 realizou o curso de RECICLAGEM PARA MANUTENÇÃO DA GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE SEGURANÇA (GAS), no período de 02 a 20/08/2021, na modalidade on-line, com carga horária de 30 horas/aula. Atestou, ainda, que tal serviço foi executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas. Documento expedido em 26/10/2022.

d) O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE** atestou que RODRIGO HAZIN DO NASCIMENTO, CPF nº 047.364.394-40 realizou o curso de RECICLAGEM DOS POLICIAIS JUDICIAIS - 2021 PARA MANUTENÇÃO DA GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE SEGURANÇA (GAS), na modalidade EAD, com carga horária de 60 horas/aula, atendendo aos critérios técnicos projetados e estabelecidos no processo PAE nº 6441/2021, donde, ao fim, se verificou a entrega satisfatória do objeto pactuado. Documento expedido em 25/10/2022.

3.2. Tratamento Diferenciado (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)

Não se aplica.

3.3. Das Condições de Habilitação

- Serão exigidas as habilitações fiscal, social e trabalhista. As habilitações serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:
- Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Regularidade perante a Fazenda federal e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

4. Descrição da Solução e Adequação Orçamentária (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'c' e 'j' e art. 40, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021)

4.1. Descrição da Solução

Capacitação de 07 (sete) servidores do TRE-PE, com o objetivo de prover e atualizar conhecimentos relativos à execução do serviço de segurança institucional, visando a capacitação contínua e consequente melhora da qualidade dos serviços prestado pela polícia judicial do TRE/PE. Além das instruções teóricas e práticas será aplicado o teste de aptidão física, conforme Resolução TSE nº 22.595. Este curso atende aos requisitos trazidos pela Portaria Conjunta Nº 1 de 07 de Março de 2007 para o curso de reciclagem da GAS.

O curso será na modalidade a distância (EaD), assíncrono, com carga horária de 40 horas e dividido em 4 módulos:

Mod. I - Segurança Institucional e Cultura de Segurança;

Mod. II - Política de Segurança e Tratamento de Riscos;

Mod. III - Especificidades da Polícia do Poder Judiciário;

Mod. IV - Inteligência de Fontes Abertas (OSINT) e Contrainteligência.

Além do curso EaD, será realizado o Teste de Aptidão Física - TAF de forma presencial (02 horas) em todos os agentes do TRE/PE. O curso terá carga horária total de 42 horas, sendo 40(quarenta) horas/aula e 02 (duas) horas para aplicação do teste de aptidão física.

O treinamento será disponibilizado de novembro a dezembro de 2025. O teste de aptidão física ocorrerá

entre 29/11/25 e 05/12/25.

4.2. Adequação Orçamentária

4.2.1. Sequencial do PCA

Sequencial no Plano de Contratações Anual 78.

4.2.2. Natureza de Despesa e Tipo de Orçamento

Natureza da Despesa 3390.39.48 e Orçamento Ordinário.

4.2.3. Modalidade da Nota de Empenho

X	Ordinário		Global		Estimativo
---	-----------	--	--------	--	------------

Definições:

**Empenho Ordinário: empenho de valor fixo, cujo pagamento ocorra de uma só vez (temos os exemplos de pagamento de curso, pedido de ata etc).*

** Empenho Estimativo: empenho cujo montante não se possa determinar previamente, tais como diárias, passagens, energia, água.*

** Empenho Global: empenho utilizado para despesa de valor determinado, sujeito a parcelamento (contratos de locação de imóvel e outros).*

5. Requisitos da Contratação (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ e art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

Para o regular processamento desse tipo de contratação, infere-se do comando legal que devem estar presentes três requisitos básicos, quais sejam:

- 1. legal**, relativo ao enquadramento do serviço no rol indicado pelo art. 6º da Lei n.º 14.133/2021;
- 2. subjetivo**, que se refere às qualificações pessoais do profissional/empresa (notória especialização) e
- 3. objetivo**, que diz respeito à singularidade do serviço a ser contratado.

Os requisitos necessários à contratação estão presentes, com suporte nos dispositivos legais em referência.

Com relação ao enquadramento legal, o inciso XVIII do artigo 6º da Lei n.º 14.133/2021 menciona de forma expressa a hipótese de *treinamento e aperfeiçoamento de pessoal*, que é exatamente a situação dos autos.

No tocante à notória especialização da empresa, verifica-se, no item 1.8 dos Estudos Técnicos Preliminares (3104536), que está atendida a exigência da lei.

Quanto à singularidade do serviço, cumpre reportar-se às razões apresentadas nos itens 1.4, 1,5 e 1.8 dos Estudos Técnicos Preliminares (3104536).

5.1. Materiais e Equipamentos

- A contratada será responsável pelo fornecimento do material didático e material de apoio como pasta, bloco de anotações e caneta, além do certificado de participação.
- A infraestrutura física e tecnológica necessária à realização do encontro presencial (sala adequada e equipamentos de informática) será de responsabilidade da contratada.

5.2. Condições da Proposta

- A proposta deverá ter validade de 30 (trinta) dias, no mínimo;
- Valor do Investimento;
- Modalidade do Curso e carga horária;
- Dados bancários para pagamento.

5.3. Valor da Contratação

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), referente à carga horária total de 42 horas, sendo 40 (quarenta) horas/aula e 02 (duas) horas para aplicação do teste de aptidão física

Valor da hora-aula: R\$ 380,95.

Foram acostadas as notas de empenho/nota de dotação (3105891) de cursos realizados, na modalidade EAD, pelo o instrutor em tela, conforme abaixo discriminados:

1) TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE-PE

Curso: Capacitação e Reciclagem dos Agentes Policia Judicial

Nota de Dotação: 2020NC000008, emitida em 08/10/2024.

Valor Total: R\$ 16.190,08

Carga horária: 32h/aula

Valor da hora-aula: R\$ 505,94

2) TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE-PE

Curso: Capacitação de Reciclagem Anual da GAS

Nota de Dotação: 2021NE409, emitida em 23/07/2021.

Valor Total: R\$ 16.400,00

Carga horária: 34h/aula

Valor da hora-aula: R\$ 482,35

3) TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª. REGIÃO

Curso: Reciclagem Anual dos Agentes de Segurança

Nota de Empenho: 2024NE638, emitida em 26/11/2024

Valor Total: R\$ 14.770,36 - Instrutória Interna

Carga horária: 42h/aula

Valor da hora-aula: R\$ 351,67

Sendo assim, comprova-se que o preço cobrado pelo instrutor **Rodrigo Hazin do Nascimento** está compatível ao praticado no mercado, quando comparado aos demais demonstrados.

5.4. Critérios de Sustentabilidade

Em se tratando de contratação de pessoa física, não vislumbramos critérios sociais específicos.

6. Modelo de Execução do Objeto (art. 6, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Local e Horário da Prestação dos Serviços	<p>O curso será realizado na modalidade a distância (EaD), assíncrono, no período de novembro a dezembro de 2025, com 40 (quarenta) horas em EaD e 02 (duas) horas presencial relativas à aplicação do teste de aptidão física.</p> <p>Curso EAD - novembro/dezembro;</p> <p>Aplicação Teste Físico - (entre 26/11 e 05/12/25)</p>
Prazo para Prestação do Serviço	O prazo da execução dos serviços é de 42 horas/aula, no período de novembro a dezembro de 2025.

6.1. Obrigações da Contratada

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- Ministrar o curso com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos apresentados em sua proposta, no dia e horários estabelecidos.
- Realizar o controle de frequência dos participantes.
- Estrutura e realização do Teste de Aptidão Física - TAF.
- Fornecer o certificado de participação.

6.2. Obrigações do Contratante

- A contratante deverá realizar o pagamento em até 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de o valor da nota fiscal/fatura ser de até R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), e em até 10 (dez) dias úteis, para valores superiores, contados da data do aceite e atesto pelo gestor do contrato na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela Contratada.
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta.
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

7. Gestão e Fiscalização da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alíneas ‘f’ e ‘g’ da Lei nº 14.133/2021)

Gestão e Fiscalização da Contratação	Servidor	Telefone	E-mail Funcional
Gestor do Contrato	Cristiane Paes Barreto de Castro	3194.9654	cristiane.paesbarreto@tre-pe.jus.br
Fiscais da Contratação	Fernanda de Azevedo Batista	3194.9655	fernanda.azevedo@tre-pe.jus.br
	Danielle Bezerra de Lima	3194.9573	danielle.bezerra@tre-pe.jus.br

7.1. Penalidades

- Caso não haja o cumprimento das obrigações descritas no tópico 6.1, supramencionado, não será realizado o pagamento discriminado no tópico 5.3.
- Todas as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

8. Informações Complementares

Seguem abaixo os nomes dos Agentes de Polícia Judicial que irão participar da capacitação:

- 1) **JADSON MAIA DOS SANTOS**
- 2) **JOSÉ JARBAS MACEDO COSTA JUNIOR**
- 3) **RYNAN DE LYRA GALLINDO FILHO**
- 4) **DANIELLE BEZERRA DE LIMA**
- 5) **JOÃO GERMANO DOS SANTOS FILHO**
- 6) **LEONARDO VENTURA DE LACERDA**
- 7) **EMERSON ALVES CAMPELO**

9. Anexos

- a) Proposta - 3107712 ;
- b) Currículo do Instrutor - 3107715;
- c) Certidões Diversas - 3107857;
- d) Declaração de Nepotismo - 3107860;
- e) Atestados de Capacidade - 3107880;
- f) Cadastro de Empregadores Trabalho Escravo - 3107889.

10. Assinaturas



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE PAES BARRETO DE CASTRO, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 24/11/2025, às 08:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE BEZERRA DE LIMA, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 24/11/2025, às 08:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3138763** e o código CRC **E20E414B**.